

Esquerda clerical: a visão dos órgãos de informações da ditadura sobre dom José Maria Pires

Adauto Guedes Neto¹

Resumo: Este artigo analisa o clero católico brasileiro em tempos de ditadura na visão dos órgãos de informações, em especial, a partir das ações desenvolvidas sob o episcopado de dom José Maria Pires. Para tanto, por questões metodológicas, destacamos algumas das atividades do arcebispo da Paraíba de acordo com os registros da burocracia repressiva, que o atribuíram a alcunha de subversivo, classificando o religioso como um dos mais atuantes da esquerda clerical brasileira. O contexto polarizado da Guerra Fria e a narrativa anticomunista predominante naquele período, fizeram os órgãos de espionagem denominar de esquerda clerical e perseguir parte do clero católico que atuavam na defesa dos direitos humanos e contra as injustiças praticadas pelo regime. Sendo assim, o trabalho em tela permite compreender parte da dinâmica dos órgãos de repressão da ditadura militar brasileira em sua busca na construção de evidências que justificassem a espionagem e a perseguição contra seus opositores.

Palavras-Chaves: Ditadura militar; Igreja Católica; Direitos humanos; Dom José Maria Pires; História do tempo presente.

Clerical left: the view of the dictatorship's information bodies on dom José Maria Pires

Abstract: This article analyzes the Brazilian Catholic clergy in times of dictatorship from the perspective of information agencies, in particular, based on the actions developed under the episcopate of dom José Maria Pires. To this end, for methodological reasons, we highlight some of the activities of the archbishop of Paraíba according to the records of the repressive bureaucracy, which gave him the nickname of subversive, classifying the religious as one of the most active on the Brazilian clerical left. The polarized context of the Cold War and the anti-communist narrative prevalent in that period led spy agencies to call themselves the clerical left and persecute part of the Catholic clergy who worked in defense of human rights and against the injustices committed by the regime. Therefore,

¹Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (2021) e professor adjunto no Colegiado de História da Universidade de Pernambuco – UPE, Campus Petrolina.

the work in question allows us to understand part of the dynamics of the repressive bodies of the Brazilian military dictatorship in their search to build evidence that would justify espionage and persecution against their opponents.

Key Words: Military dictatorship; Catholic Church, Human Rights; Dom José Maria Pires; History of the present time.

Izquierda clerical: la mirada de los órganos de información de la dictadura sobre dom José María Pires

Resumen: Este artículo analiza el clero católico brasileño en tiempos de dictadura desde la perspectiva de las agencias de información, en particular, a partir de las acciones desarrolladas bajo el episcopado de dom José María Pires. Para ello, por razones metodológicas, destacamos algunas de las actividades del arzobispo de Paraíba según los registros de la burocracia represiva, que le dio el sobrenombre de subversivo, catalogando al religioso como uno de los más activos de la izquierda clerical brasileña. . El contexto polarizado de la Guerra Fría y la narrativa anticomunista prevaleciente en ese período llevaron a las agencias de espionaje a denominarse izquierda clerical y perseguir a parte del clero católico que trabajaba en defensa de los derechos humanos y contra las injusticias cometidas por el régimen. Por tanto, el trabajo en cuestión permite comprender parte de la dinámica de los órganos represivos de la dictadura militar brasileña en su búsqueda de construir evidencias que justifiquen el espionaje y la persecución contra sus opositores.

Palabras clave: Dictadura militar; Iglesia Católica, Derechos Humanos; Dom José María Pires; Historia de la actualidad.

Recebido em 11/03/2024 - Aprovado em 18/03/2024

Introdução

Marx, certa vez pronunciou:

A miséria religiosa constitui ao mesmo tempo a expressão da miséria real e o protesto contra a miséria real. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração, assim como o espírito de estados de coisas embrutecidos. Ela é o ópio do povo (MARX, 2010, p. 145).

A última parte da frase mencionada sempre foi a mais explorada e numa conotação que caracteriza a religião numa perspectiva da conformação. No entanto, Löwy chamou atenção para o caráter dialético de tal expressão, ao afirmar que, “sua análise de religião é, portanto, pré-marxista, sem qualquer referência às classes sociais e bastante a-histórica. Mas tinha, sim, uma qualidade dialética, captando a natureza contraditória da angústia religiosa” (LÖWY, 2000, p. 14). A religião precisaria ser entendida como sintoma de uma situação social tal que necessita de mudanças. Existiram, pois, denominações religiosas que se colocaram nessa função, tais como, o caráter insurgente das beguinhas no período medieval e a atuação de Thomas Müntzer, “o teólogo da revolução” (BLOCH, 1973), na liderança das revoltas camponesas na Alemanha.

De tal maneira, é essa perspectiva de atuação de segmentos do clero católico que abordaremos, ou seja, o de lente invertida para a compreensão do sofrimentos dos grupos sociais, especialmente em tempos de ditadura (1964-1985), a partir da Arquidiocese da Paraíba sob o episcopado de dom José Maria Pires.

Analisar a atuação de dom José Maria Pires sob a ótica da repressão, permitenos compreender, sobretudo, como funcionava a burocracia em torno da produção de informações, espionagem e a circulação interna dos seus resultados.

Em 1964, o Brasil iniciou um período de duas décadas de ditadura. O golpe, desde o primeiro momento de tomada do poder pelos militares, prendeu arbitrariamente, torturou e assassinou, conforme já comprovava o projeto Brasil Nunca Mais a partir de documentação da Justiça Militar entre 1964 e 1979, em especial os que atingiram a esfera do Superior Tribunal Militar – STM (2014), e os casos comprovados no relatório final da Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, 2014). Vários são os elementos que contribuíram para o golpe de 1964, dentre os quais, a conjuntura golpista que a América Latina vivia no contexto da Guerra Fria com o apoio estadunidense. Ditaduras oriundas de golpes militares já eram realidade na Bolívia, no Peru e na Argentina. Tal tendência se comprovou ao longo dos anos 1970.

Mas, além da conjuntura internacional favorável, destaco dois outros fatores que dialogam diretamente com as ações de segmentos do catolicismo no Brasil: a produção da narrativa anticomunista e a realização das Marchas da Família com Deus pela Liberdade.

Um dos pilares na construção do anticomunismo no imaginário brasileiro foi o catolicismo (MOTTA, 2002). O suposto perigo comunista era difundido no Brasil nas missas, folhetins e catecismos da Igreja Católica desde os anos 1920. De tal maneira, “a Igreja Católica se constituiu, provavelmente, na instituição não-estatal (desconsiderando, é claro, o vaticano como Estado efetivo) mais empenhada no combate aos comunistas ao longo do século XX” (MOTTA, 2002, p. 18). Pois bem, interpretar o golpe de 1964 como ação dos militares para conter a implantação de um regime comunista ateu foi

deveras assimilado pela opinião pública. O medo do comunismo já estava presente no imaginário popular brasileiro há décadas. Não por acaso, um dos grandes movimentos de apoio ao golpe de 1964 foram as marchas da família com Deus pela liberdade que, dentre os diferentes grupos articuladores, um deles era o catolicismo conservador. Segundo Aline Presot, “participação da Igreja Católica nas Marchas da Família com Deus pela Liberdade, se deu nos níveis de planejamento, organização e presença” (PRESOT, 2004, p. 44).

As marchas surgiram no contexto da resposta política aos populosos comícios do então presidente João Goulart pelas reformas de base. A Igreja Católica de aliada ao governo Jango, do qual estava próximo por meio do Movimento de Educação de Base - MEB, por exemplo, viu crescer entre seus membros, a oposição às pautas reformistas do seu governo em razão da força da propaganda anticomunista e das conveniências políticas daquele momento. Soma-se a este cenário o início das discussões pautadas nas mudanças que a Igreja Católica via a necessidade de adotar no contexto do Concílio Vaticano II que ocorreu entre 1962 e 1965.

Dentre as mudanças para a renovação da Igreja Católica propostas no Concílio, a partir de novas constituições, declarações e decretos aprovados, podemos citar brevemente: a descentralização do poder papal entre os bispos, renovação da liturgia, fortalecimento das conferências episcopais, a questão do ecumenismo e a valorização dos leigos a partir da eclesiologia povo de Deus. De acordo com José Comblin, “povo de Deus é o conceito que mais expressa o espírito do Vaticano II” (COMBLIN, 2002, p. 09).

Tendo em vista tal conjuntura, a Igreja Católica no Brasil se mostrou uma instituição heterogênea. Mesmo que a CNBB tenha emitido uma declaração em apoio ao golpe, dentre os seus signatários também havia os que foram contrários à elaboração de uma postura adesista. Sobre a posição da CNBB, Frei Betto comentou:

Como membro da direção nacional da Ação Católica, participei, no Rio, no Convento do Cenáculo, na rua Pereira da Silva, em Laranjeiras, da reunião da CNBB na qual os bispos católicos definiram sua posição frente à quartelada. Houve acalorada discussão entre progressistas e conservadores. De um lado, dom Helder Câmara, bispo auxiliar do Rio, apoiado por dom Carlos Carmelo Mota, arcebispo de São Paulo e presidente da CNBB, criticaram os militares por desrespeito à Constituição e à ordem democrática. De outro, dom Vicente Scherer, arcebispo de

Porto Alegre, e dom Geraldo Sigaud, arcebispo de Diamantina (MG), exigiam Te Deum por ter a Virgem de Aparecida escutado os clamores do povo e livrado o Brasil da ameaça comunista. Venceu esta segunda posição. A CNBB deu seu apoio oficial aos militares golpistas. (BETTO, 2014, [n.p.]).

Helder Camara, então bispo auxiliar do Rio de Janeiro, tornou-se no mesmo ano arcebispo de Olinda e Recife. Muito embora fora voto vencido na declaração da CNBB em apoio ao golpe, assumiu posições cada vez mais evidentes contra o regime de exceção em relação às violações dos direitos humanos praticadas desde os primeiros momentos após a ditadura ser instaurada. Junto a ele, dois anos depois, dom José Maria Pires foi nomeado arcebispo da Arquidiocese metropolitana da Paraíba.

José Maria Pires, mineiro da cidade de Córregos, sagrou-se Bispo em Diamantina no ano de 1957, quando assumiu a diocese de Araçuaí-MG entre 1957-1965. Em dezembro de 1965 foi nomeado Arcebispo metropolitano da Paraíba pelo Papa Paulo VI, onde permaneceu até fins de 1995 e renunciar aos 75 anos de idade. Bispo emérito da Paraíba, Bispo peregrino, faleceu décadas depois em 2017, aos 98 anos em Belo Horizonte. Primeiro Bispo negro no Brasil, teve na causa negra, quilombola, uma das áreas da sua atuação. Ficou conhecido também como o bispo da causa negra, apelidado de Dom Zumbi e Dom Pelé (MODINO, 2019).

Dom José Maria Pires participou das quatro sessões do Concílio Vaticano II e se manteve firme na ideia de transmitir os preceitos modernizantes ao seu universo de atuação, isto é, os encontros de formação, os seminários etc. No entanto, para além de suas concepções inovadoras, foi adepto do pacto das catacumbas.

O pacto das catacumbas preencheu um certo vazio na questão relacionada aos pobres, que o Concílio não conseguiu englobar. Conforme confessou dom Fragozo, “o concílio permitiu-me descobrir que os pobres não estavam no coração e no horizonte dos bispos. Por isso, o Concílio não deu maior atenção ao tema (BEOZZO, 2015, p. 13). De tal maneira, o pacto das catacumbas significou “o retorno ao cristianismo primitivo, que se espelha no evangelho e seguimento de Jesus Cristo” (GUEDES NETO, 2022, p. 76). Se o Concílio Vaticano II representou de modo geral a renovação da Igreja Católica, abertura e ação no mundo, a ruptura de elementos tradicionais e do ultramontanismo papal, bem como o enfraquecimento da sua verticalidade, pautada na força da hierarquia, com a transição para uma Igreja povo de Deus; a Igreja dos pobres, por sua vez, sendo oriunda do pacto das catacumbas, foi um passo adiante nessa nova caracterização do catolicismo da segunda metade do século XX.

A questão é que, posicionar-se ao lado dos pobres, agricultores, injustiçados, dentre outros, em tempos de ditadura militar, era objeto de retaliação do poder ditatorial. Os órgãos repressivos estiveram atentos a todas as ações possíveis de serem monitoradas, seja de grupos, movimentos ou indivíduos, que atuassem com o intuito de construir consciência crítica sobre a ditadura. Para tanto, a burocracia da ditadura se estruturou internamente numa rede de informações complexas a partir das suas diferentes ramificações, tais como, o Serviço Nacional de Informações – SNI, criado em 1964, em 1967 foi criado as DSIs – Divisões de Segurança e Informações, encarregadas de investigar, produzir informações e transmiti-las entre si, tendo no Serviço Nacional de Informações seu centro nevrálgico, para onde tudo era remetido, pois “as DSIs ao lado das Assessorias de Segurança e Informações (ASIs), alojadas nas demais instituições públicas funcionariam como órgãos complementares ao SNI” (GOMES, 2014, p. 95). Para lidar com assuntos estrangeiros, foi criado o Centro de Informações do Exterior e entre, em 1957 havia sido criado o Centro de Informações da Marinha, em 1967 o Centro de Informações do Exército e no ano seguinte o Centro de Informações da Aeronáutica.

Nosso objetivo é analisar a visão da rede de informações da ditadura sobre dom José Maria Pires, a partir das informações que produziram e fizeram circular internamente, especialmente seu prontuário nº 55, onde consta um histórico de espionagem sobre o Arcebispo e a informação nº 970 de 1976 do SNI em dossiê produzido pelo Ministério da Justiça, ambos disponíveis na plataforma digital do Arquivo Nacional, o Sistema do Arquivo Nacional – SIAN, nos fundos: BR DFANBSB V8, 1971 e SNI. BR DFANBSB V8, 1976².

Para tanto, torna-se imprescindível, ao trabalharmos com fontes sensíveis, ou seja, documentos de períodos repressivos, produzidos de maneira clandestina, violando direitos, muitas vezes sob tortura, e por se tratar de um momento ainda vivo na memória do país. Por isso, a importância de “estar atento às sutilezas que essas fontes possuem, e às evidências que trazem subentendidas”. (BAUER; GERTZ, 2012, p. 190). Daí, além da perspectiva metodológica proposta por Bauer e Gertz, é importante inquirir as fontes, pois “para o historiador, o documento não está simplesmente dado, como a ideia de rastro deixado para sugerir. Ele é procurado e encontrado. Bem mais que isso, ele é circunscrito, e nesse sentido constituído, instituído documento, pelo questionamento”. (RICOUER, 2007, p. 189).

Por se tratar da análise de documentos produzidos sobre um bispo pelos órgãos de informações da ditadura, consideramos relevante para desenvolver este trabalho, as

² As respectivas siglas fazem referência ao fundo documental que compõem o acervo do SNI disponíveis na plataforma digital do Arquivo Nacional.

discussões elaboradas por Paulo César Gomes (2014), que analisou a atuação dos órgãos de espionagem para monitorar os bispos católicos considerados “progressistas” durante a ditadura. Também nos baseamos em Marcília Gama da Silva (2014), no que concerne aos seus estudos sobre os diferentes tipos de fontes produzidas por tais órgãos repressivos, suas características, tais como, grau de sigilo e sua importância como estratégia de monitoramento da sociedade.

No que concerne à relação entre Igreja Católica e ditadura militar no Brasil, as subdivisões internas existentes no catolicismo brasileiro, apoiamos-nos em Mainwaring (2004) para compreender a atuação do clero progressista. Além disso, trabalhamos com o conceito de cristianismo da libertação discutido por Michael Löwy (2000) no sentido de credenciarmos aos cristãos, não apenas católicos, nem estritamente aos teólogos, as reflexões para a luta por justiça na concretude do mundo material.

Os Centros de Informações produziam narrativas acerca dos pretensos subversivos, comunistas, marxistas ou esquerda católica, sobre o grupo de atuação do qual fizeram parte dom José Maria Pires, dom Helder Camara, dom Frago, dom Paulo Evaristo Arns, dom Marcelo Carvalheira, dom Pedro Casaldáliga, padre Comblin, padre Antônio Henrique, dentre tantos outros. No entanto, identificamos que suas atuações estavam mais concentradas em viver a realidade do evangelho, compreender e viver um Jesus encarnado na vida real, tal qual se estabeleceu, com recorte de classe – pobre e filho de carpinteiro, refugiado – pois essa era a condição de Jesus ao nascer e que morreu em decorrência de tortura e perseguição política. Mas, para a ditadura, dom José Maria Pires era um atuante da esquerda clerical no Nordeste brasileiro.

Portanto, para melhor compreendermos a visão dos Centros de Informações sobre a atuação de dom José Maria Pires, explicaremos primeiro o que eram tais órgãos e como se organizavam, em seguida como o arcebispo metropolitano da Paraíba é descrito, como foi espionado e as interpretações que os agentes da repressão fizeram a seu respeito, tendo como subsídio os registros elaborados em seu prontuário e no dossiê organizado pelo Ministério da Justiça.

Burocracia da repressão: os centros de informações da ditadura brasileira

A ditadura militar brasileira criou uma rede de informações aparelhada que dava suporte às constantes investigações em todo o território brasileiro. Para isso, reaparelhou órgãos já existentes e os fortaleceu com a participação das Forças Armadas e de seus Centros de Informações.

No âmbito estadual - Secretaria de Segurança Pública que, através do DOPS, era responsável pela coleta de informações nas delegacias de polícia dos municípios. Essas eram remetidas à Polícia Federal que acompanhava o trabalho das Secretarias de

Segurança Pública. Dependendo do caso, elas tinham destinos específicos, ou seja, caso o investigado fosse estrangeiro a informação certamente circularia entre o Centro de Informações do Exterior o Centro de Informações da Aeronáutica. Tal estrutura burocrática de espionagem contava com seguintes de Centros de Informações: Centro de Informações da Marinha - CENIMAR, o Centro de Informações do Exército - CIE, o Centro de Informações da Aeronáutica - CISA e o Centro de Informações do Exterior – CIEIX.

As informações sobre os então denominados: "subversivos", "comunistas", "agitadores" ou, no caso específico que analisamos, "esquerda clerical", eram acolhidas nos referidos centros, transmitidas entre si e repassadas para o Serviço Nacional de Informações - SNI, órgão que estava abaixo apenas da Presidência da República.

Estava assim, de tal maneira, organizada a rede de informações no Brasil, segundo a qual "abrange de forma mais ampla a complexidade de órgãos concebidos com a finalidade precípua de alimentar a máquina da informação, atuando de forma integrada, articulada durante o regime, envolvendo pessoas da esfera civil e militar". (SILVA, 2014, p. 99).

Podemos ilustrar essa rede de informações da seguinte forma:

Figura 01. Organograma da rede de informações da ditadura brasileira



Fonte: elaboração do autor com informações de (GOMES, 2014).

Não temos o objetivo de estabelecer uma interpretação engessada ou hierárquica sobre o mecanismo de circulação das informações que alimentavam a estrutura burocrática de espionagem da ditadura militar brasileira. O organograma que

apresentamos, serve apenas para facilitar o entendimento sobre os diferentes Centros de Informações que citamos.

O SNI era o principal órgão nessa composição, estando submisso, apenas ao Presidente da República. Sobre o que o Serviço Nacional de Informações se transformou, ficou bastante conhecida a frase de Golbery do Couto Silva, “criei um monstro”.

Tendo sido criado pela Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964, o SNI foi “pensado como órgão de informações capaz de subsidiar a Presidência da República com dados indispensáveis à tomada de decisões e que, paulatinamente, foi sendo tomada pela linha dura”. (FICO, 2004, p. 77).

Além dos Centros de Informações das Forças Armadas, treze Ministérios dispunham cada um das suas Divisões de Segurança e Informações – DSIs. No entanto, “o Ministério das Relações Exteriores foi o único que, além de uma DSI, recebeu um órgão específico para lidar com assuntos estrangeiros, o Centro de Informações do exterior – Ciex” (GOMES, 2014, p. 95).

Perceberemos que, um dos documentos que analisamos sobre a atuação de dom José Maria Pires está disponível no Arquivo Nacional, a partir de consulta do SNI feita ao Ministério da Justiça a respeito de maiores informações sobre o dossiê que produziu sobre o referido bispo. O SNI solicitara parecer sobre o assunto, julgando haver um dossiê mais completo.

Através da referida comunicação que circulou inicialmente via memorando, é possível perceber a frenética circulação de informações que, no caso específico, dar-se entre o chefe de gabinete do SNI, Ministério da Justiça através da Divisão de Informações e Segurança de tal ministério e do departamento de informações da Polícia Federal.

As informações sobre dom José Maria Pires foram registradas desde 1966, ano da sua nomeação como bispo da Arquidiocese metropolitana da Paraíba, mas ele voltou a ser motivo de assunto entre os Centro de Informações no ano de 1976, devido o teor do material produzido em tal Arquidiocese, dos quais, cartas pastorais, folhetins e boletins, aludiam em favor dos direitos dos camponeses, colocando-os, na visão da repressão, contra o governo de então.

A referida comunicação, ainda, destacou o mencionado bispo como tendo atuação subversiva e sendo um dos mais atuantes da esquerda clerical, das quais, o detalhamento de tais informações, fruto da comunicação entre os órgãos de repressão e espionagem, passaremos a tratar no tópico a seguir, ao destacar que, “os documentos – fruto do trabalho de profissionais especializados – tinham caráter sigiloso e são, em sua maioria, relatórios sintéticos e analíticos, sem autoria definida, que visavam informar sobre a situação dos opositores ao regime militar”. (GOMES, 2014, p. 106).

Dom José Maria Pires na visão dos centros de informações da ditadura brasileira

A documentação produzida pelos órgãos de repressão era de todos os tipos e composta por “registros elaborados ou incorporados a partir da ação policial cotidiana (fichas pessoais, depoimentos, prontuários, dossiês, relatórios, informações, ordens de busca e prisão etc.), mas também de documentos roubados” (BAUER; GERTZ, 2012, p. 177), e construir a imagem de subversivo era necessário para legitimar a vigilância e as perseguições. Tais documentos foram o resultado da construção de criminalização elaborada pelos agentes da repressão e não tinha o caráter isento da apuração.

Sendo assim, o arcebispo metropolitano da Paraíba, adepto das formulações do Concílio Vaticano II, um dos signatários do pacto das catacumbas³, por sua opção pelos pobres – o que significou se posicionar contra as injustiças, contra a violação de direitos e em favor de homens e mulheres do campo e da cidade, foi espionado pelos Centros de Informações, sendo fichado a partir do prontuário n° 55, do qual passaremos a analisar o seu histórico.

O referido prontuário é composto de informações sobre dom José Maria Pires de 1966 a 1971, em sua maioria, transcrições de entrevistas à imprensa, como os jornais O Norte, Correio da Paraíba e A União. Também compõe as informações do histórico, as pregações em missas – fato que denota a participação infiltrada dos agentes da repressão nas missas que presidia, informações repassadas entre os Centros de Informações e troca de correspondência entre o Arcebispo e o General de Brigada Samuel Augusto Alves Correa, Comandante do 1º Grupamento de Engenharia em João Pessoa-PB, a respeito de negativa do prelado em rezar missa campal a pedido do General em comemoração à semana e ao dia da pátria, em setembro de 1969.

A primeira informação diz respeito à publicação da sua biografia no jornal O Norte, em 24 de março de 1966. Certamente, em decorrência da sua posse que ocorreu dois dias depois, o jornal já apresentara ao povo paraibano, sua biografia. Em 29 de março do mesmo ano, o Correio da Paraíba publicou seu sermão em concelebração na Igreja do Rosário, fato que também mereceu ser registrado no seu histórico.

³ Ocorrido em fins de 1965 - confirmado e oficializado na basílica Catacumbas de Santa Domitila, em cuja área subterrânea existem 17 quilômetros de galeria em quatro andares, mais de 150.000 sepulturas escavadas nas paredes dos corredores), de cristãos, mártires, sepultados no final do século IV. Tal pacto se deu entre vários bispos presentes no Concílio Vaticano II que sentiram falta de um direcionamento maior em defesa dos pobres e empobrecidos. Sendo assim, tais bispos decidiram viver sem as prerrogativas do poder e do luxo que a função lhes oferecem, viver na simplicidade e na defesa de uma Igreja servidora e pobre. Ver: BEOZZO, José Oscar. Pacto das Catacumbas: por uma Igreja servidora e pobre. São Paulo: Paulinas. 2015.

Durante o ano de 1966, além dos registros oriundos de matérias dos referidos jornais, as outras informações sobre esse mesmo ano são preenchidas com base em comunicação enviada pelo 1º Grupamento de Engenharia – João Pessoa-PB. A primeira de tais informações a alimentar seu histórico data de 01 de abril de 1966 – 1º Gpt E Info - 50-E/2, trata do seguinte:

Chegou a João Pessoa, dia 26 Mar 66, procedente de Arassuaí-MG, o novo Arcebispo da Paraíba, dom JOSÉ MARIA PIRES. No dia de sua posse foi saudado pelo Arcebispo de Olinda e RECIFE, Dom HELDER CAMARA (Info 44-E/2, de 28 MaR 66), subscrevendo as palavras do mesmo. Até 31 Mar visitou as autoridades federais e estaduais, tendo comparecido ao QG do 1º Gpt Eng às 09,00 de 29 Mar 66 (PRONTUÁRIO N° 55, 1971, p. 01).

Por não ter sido datada a construção de tal histórico no prontuário n° 55 de dom José Maria Pires, utilizaremos como data referência, o último ano do qual as informações foram registradas no histórico, ou seja, o ano de 1971.

Sobre a informação primeira citada em seu histórico, a mesma tratou de aludir sobre a chegada de dom José na cidade de João Pessoa, mencionou que o mesmo foi saudado por dom Helder Camara e destacou a visita que fez ao Quartel General do 1º Grupamento de Engenharia, na capital paraibana. A menção a dom Helder e a visita ao QG é sintomática do movimento estratégico de dom José que, assim como parte do clero denominado progressista ou de esquerda como nomeou os órgãos de repressão, tentaram estabelecer com a ditadura e seus agentes, ou seja, de aproximações e distanciamentos.

Entre aproximações e divergências, houve caminhos de diálogos entre militares e representantes da Igreja Católica que, em 1970, resultou na Comissão Bipartite⁴. Nos primeiros anos do golpe, já é possível perceber a existência dessa aproximação, presente, inclusive, na postura de Dom Hélder, “que alimentava a esperança de que a reforma social poderia avançar sob o novo governo”. (SERBIN, 2001, p. 104), e acrescenta que,

⁴ A Comissão Bipartite era formada por membros da alta hierarquia católica (como Dom Eugênio Sales e Dom Paulo Evaristo Arns) e militar (como o General Antônio Carlos da Silva Muricy, chefe do Estado Maior do Exército na época), que, entre 1970 e 1974, manteve encontros secretos, aprovados pelo então presidente Médici e pelo ministro do Exército, Orlando Geisel, visando discutir e resolver os principais conflitos surgidos entre a Igreja Católica e as Forças Armadas. (SERBIN, 2001).

“embora sem ganhar total confiança deles, dom Hélder manteve a cordialidade com os líderes militares e no começo absteve-se de criticá-los em público” (SERBIN, 2001, p. 104). Com esse comportamento, foi possível atuar com êxito em muitos pedidos em favor de presos políticos.

Segundo as informações registradas em seu histórico, D. José Maria Pires pareceu adotar a mesma estratégia de aproximação e distanciamento. Não buscou a ruptura do diálogo com as forças militares, era elogioso em relação ao golpe, mas não se absteve de tecer críticas em público em relação ao rumo que a situação política do país seguira.

Em 31 de março, como é de costume das Forças Armadas comemorar o aniversário do golpe de 1964, foi registrada a presença de dom José em missa comemorativa aos 2 anos da referida data, da seguinte maneira:

No sermão feito por D. JOSÉ MARIA PIRES, durante a missa mandada celebrar em comemoração ao 2º aniversário da revolução de 31 Mar 64, estando presente autoridades militares da Guarnição, Gov. do Estado e outras autoridades cívicas, declarou: Reconhecia os méritos da Revolução e sua necessidade; ser anti-comunista, atacando o regime que vigorava antes de 31 Mar 64 (PRONTUÁRIO N° 55, 1971, p. 02).

A participação de dom José Maria Pires celebrando a missa em comemoração ao aniversário do golpe, ou da “revolução”, conforme denominara os militares, era um gesto forte de aproximação, além de ser elogiosos a tal ação das Forças Armadas, o fato de se autodeclarar anticomunista e crítico do governo João Goulart. No entanto, na mesma fala, o Arcebispo teceu algumas críticas:

A Revolução muito fez, porém ainda existiam certas falhas a corrigir tais como: Clima e intranquilidade reinante com as cassações, atos institucionais e complementares; O aumento corrente do custo e vida; Que se concretizasse a reforma agrária, porque o trabalhador rural estava sem segurança, meios, assistência, educação, etc; Instabilidade dos trabalhadores face aos estudos que estão sendo realizados (PRONTUÁRIO N° 55, 1971, p. 02).

A fala não foi bem digerida internamente, fato que motivou uma observação no registro do seu histórico após tal citação, qual seja: “verifica-se: a inoportunidade das críticas se considerarmos a assistência, o local e ocasião em que foram feitas” (PRONTUÁRIO N° 55, 1971, p. 02). A repercussão negativa da sua fala, fez o arcebispo fazer uma visita ao Comandante da Guarnição Militar, registrada através da informação 1° Gpt Eng Info 53-E/2, da forma seguinte:

Compareceu ao QG do 1° Gpt Eng, no dia 5, Dom JOSÉ MARIA PIRES, Arcebispo da Paraíba, declarou que teve a melhor das intenções quando de sua pregação ao celebrar a missa comemorativa do 2° aniversário da revolução de 31 Mar 64. Fez ver o comandante da Guarnição as responsabilidades da Igreja e Exército perante a Nação, assim como o cuidado nos pronunciamentos, a fim de não servirem, deturpados ou incompletos, aos agitadores e subversivos (PRONTUÁRIO N° 55, 1971, p. 02).

O tom nos parece que foi de desculpas e, segundo a informação que consta, a preocupação dos militares em acender o povo contra o regime de então. As aproximações serão cada vez menos constantes e o distanciamento se dará de forma mais efetiva após a instauração do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, sobretudo, após o aumento da perseguição de leigos, leigas e membros do clero católico.

As outras informações que constam no seu prontuário n° 55, ainda sobre o ano de 1966, trataram da manifestação de apoio após reunião com os Bispos do Nordeste II, aos militantes e assistentes da Ação Católica Operária, Ação Católica Rural e Juventude Agrária Católica, publicada no Correio da Paraíba. Também apresenta-se informações sobre o seu período em Arassai-MG, sua relação com o Governo João Goulart, atribuição de bens materiais como veículos e máquinas, além de citar sua participação em formatura na UFPB como paraninfo de turma, e a repercussão do seu discurso.

Sobre o ano de 1967, foram efetuados 15 registros, dentre eles, recortes de entrevistas concedidas à imprensa e informações traçando o perfil do arcebispo da Paraíba. Trataremos daquelas que contribuem para a compreensão de como os Centros de Informações vão construindo a imagem de subversivo ou de clérigo de esquerda em relação ao mesmo, dentre elas, seus posicionamentos críticos contra o governo ditador. Em entrevista concedida ao Correio da Paraíba, publicada em 11 de janeiro de 1967, a mesma foi censurada, de acordo com a informação em seu histórico, na seguinte passagem:

Mas este regime, pelo simples fato de ser um regime de exceção, não pode perdurar indefinidamente. Eu desejava que os corruptores fossem cassados e punidos com penas rigorosas. Mas eu acreditava também que logo depois se devolveria ao Brasil o direito de ser um país para homens livres (PRONTUÁRIO N° 55, 1971, p. 03-04).

A crítica contundente ao denominar o governo de então de regime exceção, conforme destacamos não foi publicada, pois foi censurada. Mas, outras falas em defesa do voto do analfabeto, o fato de ser contrário que os cidadãos brasileiros fossem julgados por Tribunal Militar, das quais classificou como grave violação da pessoa humana e da sua posição contrária ao estado sítio, foram publicadas e contribuía para a visão que os órgãos de repressão construía a seu respeito.

A presença de dom José Maria Pires no Teatro Santa Rosa para assistir à peça teatral: Liberdade, Liberdade e a sua presença no Salão Nobre do Tribunal de Justiça para solenidade de lançamento do livro: Ação de Responsabilidade Civil e outros estudos, de autoria do ex-reitor da UFPB, Moacyr Porto, afastado do seu posto após o golpe de 1964, também foram motivo de espionagem. Dentre as informações que constam no histórico do seu prontuário no ano de 1967, chamou-os a atenção a informação 1° Gpt Eng RPI-13:

Arcebispo Metropolitano Dom JOSÉ MARIA PIRES - Muito inteligente e dotado de, grande capacidade de liderança, deu seu apoio à Revolução, pois acreditou que a mesma extirpou do país o comunismo e a baderna que nos conduzia a rumos imprevisíveis. Acha, entretanto que a Revolução cometeu excessos e não conseguiu atingir os objetivos a que se propôs. Segue a orientação de Dom HELDER CAMARA; Tem se mantido muna atitude até certo ponto reservada quanto aos acontecimentos políticos, apesar de dar cobertura a diversos sacerdotes em seus posicionamentos políticos (PRONTUÁRIO N° 55, 1971, p. 05).

A referida informação nos parece uma síntese com base nos posicionamentos de dom José Maria Pires, até então, qual seja, tecia falas em apoio à tomada do poder pelos

militares em 1964, mas foi se tornando cada vez mais crítico, ao passo que as promessas não se cumpriam e a repressão aumentava.

Ao longo do 1967, em recortes de entrevistas destacadas em seu histórico, fez alguns comentários sobre a questão da terra, criticou a exploração do homem sobre o homem, condenou o capitalismo e foi elogioso com o socialismo. De acordo com o Correio da Paraíba, publicação de 08 de agosto de 1967, ao discursar na Semana dos Universitários de Patos-PB, destacou: “ah! Quem nos dera um Tiradentes ou mesmo um Fidel Castro...para nos libertar da escravidão do capitalismo norte-americano” (PRONTUÁRIO N° 55, 1971, p. 06). Segundo informação 1° Gpt Eng Info, de 30 de agosto de 1967, atacou o imperialismo dos Estados Unidos e elogiou o socialismo, onde consta: “ser este o melhor regime para o Brasil e disse: em um país sob tirania pode ser usada a violência, acrescentando que não era o caso do Brasil” (PRONTUÁRIO N° 55, 1971, p. 06). A referida citação foi grifada, certamente, por um dos agentes da repressão ao analisar seu histórico, pois, muito embora dom José buscasse no jogo estratégico desdizer para dizer, para afirmar ou criticar, os órgãos de informações demonstravam entender tal estratégia.

Mas, dentre as informações presentes no seu prontuário entre 1966 e 1971, talvez a negação de dom José Maria Pires para participar de missa campal solicitada pelo Comandante do 1° Grupamento de Engenharia, com sede em João Pessoa, para o dia da pátria – 07 de setembro de 1969, tenha sido o momento mais tenso.

Dom José Maria Pires não deixou de se pronunciar publicamente sobre temas que pareciam incomodar os Centros de Informações. De acordo com os próprios registros desses órgãos da repressão, em missa no dia 31 de março de 1968, teria afirmado que o governo se afastara do diálogo com o povo e os estudantes. Em 01 de abril de 1968, foi registrada em seu histórico uma entrevista que concedeu no jornal A Imprensa com o título A revolução que não houve, onde teria dito que:

Foi um dos entusiastas do movimento de 31 Mar 64; que não está arrependido, porém, decepcionado; que o comunismo não era o nosso único problema nem o maior; que o problema nosso era e é a fome, o analfabetismo, o colonialismo interno e externo; o subdesenvolvimento; que o combate à infiltração marxista deveria ter sido a primeira tarefa da revolução; que a igreja não aceita a acusação injuriosa de que Bispos, Sacerdotes e fiéis ou organizações, sejam comunistas (PRONTUÁRIO N° 55, 1971, p. 09).

Na entrevista citada, o arcebispo da Paraíba reforçou sua legitimidade crítica ao afirmar que esteve ao lado da “revolução”, apoiando-a. No entanto, parece-nos que sua fala sobre o apoio ao golpe de 1964, por corroborar a ideia de comunistas e marxistas como adversários da igreja, fato que colocavam a Igreja Católica e os militares no mesmo lado, não parecia causar nenhum efeito positivo na avaliação que circulava internamente entre a rede de informações da ditadura.

Aliás, os trechos da entrevista nos quais dom José faz referência ao colonialismo e ao subdesenvolvimento, evidenciam a influência sobre o mesmo do documento preparado pelo padre belga José Comblin, que vazou à imprensa em meados de 1968 e custou posteriormente a expulsão do referido padre do Brasil em 1972. Dentre os temas abordados, estavam, justamente, o subdesenvolvimento e o colonialismo na experiência católica latino-americana.

Mas, conforme anunciamos anteriormente, a negação do arcebispo da Paraíba em participar da semana da pátria, organizada pelo Comandante General do 1º Grupamento de Engenharia, talvez tenha sido o momento mais tenso entre tais representantes do clero católico e das forças militares na Paraíba. A troca de correspondência entre ambos, foi também registrada em seu histórico. O teor da carta enviada por D. José Maria Pires, segundo consta em seu prontuário, menciona o seguinte:

João Pessoa, 23 de agosto de 1969 - senhor General. Apraz-me encaminhar a Vossa Excelência um exemplar da comunicação feita ao Clero desta Arquidiocese, sobre a participação da Igreja nas comemorações da Semana e do dia da Pátria. 2. Quanto a outras modalidades de participação, ficou estabelecido que cada paróquia terá liberdade de fazê-lo na medida em que o respectivo pároco o julgue oportuno, levando-se em consideração que se trata de um domingo, dia em que o serviço religioso exige mais tempo do sacerdote. 3. No que respeita a celebração de uma missa campal, consideramos desaconselhável para os escolares formados, não só porque vários deles não são católicos como, também porque muitos não participam deste ato com as disposições internas exigidas. Solicitamos todavia ao Cônego Eurivaldo Tavares que officie uma missa campal para as Forças Amadas se elas preferirem assistir incorporadas o Santo Sacrifício no dia da Pátria. Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência as mais

respeitosas saudações. José Maria Pires – Arcebispo da Paraíba (PRONTUÁRIO N° 55, 1971, p. 18).

Dom José Maria Pires não negou o apoio da Arquidiocese na semana comemorativa solicitada pelo referido Comandante General, mas se esquivou de participar como celebrante da missa campal solicitada, do qual o Arcebispo indicara outro nome.

Ao perceber o recuo, o General Comandante do 1° GPT de Engenharia da Paraíba, encaminhou ofício em resposta, do qual transcrevemos um trecho:

[...] Em relação ao segundo roteiro, entretanto, quero transmitir a V. Exa. Revma. minha inteira discordância acerca de vários conceitos nele contidos, o que atribuo, sinceramente a não dispor, V. Exa. Revma. de informações precisas sobre a conjuntura nacional. Defende, Sr. Arcebispo, a liberdade com responsabilidade e, por isso, não entenda V. Exa. Revma., nem de leve que, a minha discordância, expressa com tanta lealdade, traga no seu bojo, qualquer restrição à liberdade de pregação ou qualquer velada solicitação de sua eventual revisão. Jamais assim procederia, em respeito a V. Exa. Revma. e a mim próprio. Preocupa-me, sobretudo, por isso, que nesse roteiro possa conduzir cooperadores seus, menos cautelosos, por veredas perigosas que se confundem com as que vem sendo palmilhadas ideológica ou subversivamente por minorias que, impatrioticamente, procuram perturbar o Progresso com Ordem da Nação; poderão, assim, os caminhantes ser responsabilizados por incorrerem nas mesmas sanções que a legislação vigente reserva para aquelas minorias [...]. Gen. Bda. SAMUEL AUGUSTO ALVES CORREA - Comandante do 1° Gpt E. (PRONTUÁRIO N° 55, 1971, p. 20).

Mesmo que a resposta tenha sido em tom amistoso, o General alertara para interpretações aludidas pelo arcebispo acerca da questão da liberdade e seus limites, uma vez que, preferindo que a missa campal fosse presidida pelo Arcebispo, o risco de alguma ocorrência de tom subversivo seria menor. Mas, não sendo o mesmo a proferir tal missa,

caso acontecesse, quem ocorresse em falas não cautelosas estaria correndo o risco de ser responsabilizado de acordo com as sanções legais vigentes.

Para dirimir quaisquer dúvidas ou para que não houvesse interpretação equivocada, dom José mais uma vez respondeu ao general, mas desta vez levou pessoalmente a resposta por escrito e procedeu com a leitura. A mesma foi organizada em oito pontos, os quais resumimos da seguinte maneira: 1. Impossibilidade de defender a posição militar à luz do evangelho, 2. Crítica ao governo João Goulart e defesa da revolução de 1964, 3. A revolução não foi feita para defender privilégios dos poderosos, 4. Protesto ao General Guedes em Belo Horizonte contra a confusão que era feita entre o termo subversão e reivindicação de direitos, 5. Pecado original: a revolução transformou toda tentativa de modificar o sistema social em subversão, 6. Outro pecado: as Forças Armadas se transformaram num quarto poder, 7. A revolução se transformou em cada vez mais militar e menos popular, 8. a presença na semana da pátria significaria concordância.

Pois bem, nos tópicos da carta escrita por dom José Maria Pires e lida pessoalmente ao General Comandante, demonstrou o distanciamento do arcebispo que, em 1964 apoiara a ação dos militares, da qual, inclusive, denomina revolução, mas descreveu seu afastamento a cada momento por discordar do seu desenrolar. No último tópico, afirmou:

Diante de todo esse contexto, General, minha presença a atos oficiais do Dia da Pátria poderia ser interpretada como concordância com os rumos que se vem imprimindo à Revolução de 1964. Nas circunstâncias atuais, em que as Forças Armadas se colocam acima de todos os poderes constituídos e declaram seus atos não possíveis de julgamento, mister se faz uma atitude de descomprometimento por parte dos Poderes da Igreja que lhes possibilite protestar não na clandestinidade ou no terrorismo mas no testemunho evangélico. Aqui está o grande problema para nós, problema de consciência que nos leva a posição divergente diante da mesma realidade (PRONTUÁRIO N° 55, 1971, p. 23).

Muito embora o tom ameno em toda a carta, dom José foi direto ao afirmar os motivos da sua não participação na missa campal, por ocasião do dia da pátria, em 07 de setembro de 1969, ou seja, sua presença poderia caracterizar apoio aos militares por

ocasião do contexto de perseguições, prisões e até mesmo assassinatos, tal qual ocorrera em maio do mesmo ano com o assessor para a juventude da Arquidiocese de Olinda e Recife, padre Antônio Henrique. Dom José, ainda afirma neste trecho que a sua posição se faz como testemunho ao evangelho.

Foi registrado no histórico do seu prontuário que, no dia 07 de setembro de 1969, em missa realizada na catedral, o Arcebispo metropolitano da Paraíba fez uma análise da conjuntura atual do país com críticas às prisões e torturas e denominando os verdadeiros heróis da pátria, como Tiradentes e Frei Caneca, os quais, no Brasil atual, seriam denominados de subversivos.

As informações sobre dom José Maria Pires voltou a movimentar a comunicação interna dos Centros de Informações no ano de 1976, por ocasião de denúncias sobre suas cartas pastorais e boletins da Arquidiocese da Paraíba. Ressaltamos que, no referido ano foram executadas 76 prisões no Brasil de cristão engajados no trabalho pastoral, de acordo com relatório da Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, 2014, p. 168). Talvez, por tal contexto, os órgãos da repressão estiveram reaquentando os registros sobre o Arcebispo da Paraíba.

Em informação nº 970 da Agência Central do Serviço Nacional de Informações – SNI, datada de 07 de outubro de 1976, dentre outras informações, a referida agência em caráter confidencial, ao analisar o dossiê sobre dom José Maria Pires organizado pelo Ministério da Justiça, afirmou que: “o dossiê montado pelo Ministério da Justiça, complementado pelos registros existentes nesta AC/SNI, permitem caracterizar, com clareza, a atuação subversiva de D. JOSÉ MARIA PIRES, um dos mais atuantes integrantes da esquerda clerical” (FUNDO SNI. BR DFANBSB V8, 1976, p. 04).

Ressaltamos que, mesmo que dom José Maria Pires tenha sempre informado o apoio ao golpe de 1964, chamando inclusive de revolução, tal qual denominara os militares, a repressão observou mais suas considerações contrárias ao governo militar ou às suas defesas por justiça e direitos. Como o mesmo citara, a defesa por direitos passara a ser compreendida como subversão.

Sendo assim, o registro que consta por análise ao seu dossiê, afirmava-o a partir dos Centros de Informações, como subversivo e um dos mais atuantes da esquerda clerical. A assessoria especial do Ministro da Justiça, assim classificou o arcebispo:

O conteúdo deste processado todo obedece a uma tônica só, prene de chavões próprios dos sectários do comunismo aludindo à reforma agrária, ao desrespeito à terra do trabalhador, a modificação das estruturas e dos injustos sistemas de posse e uso da terra, à propriedade privada,

política salarial, ao preconceito racial, a igualdade de direitos, a injustiças sociais, ao abuso das autoridades, ao direito de reunião, a violências policiais, direito dos trabalhadores, direitos humanos violados, censura oficial, exploração do pobre pelo rico, escravização do trabalhador numa civilização em que o dinheiro vale mais do que o trabalho, luta pela justiça e por uma vida humana e mais digna, os injustiçados, os oprimidos, os sem vez, que em nosso meio são uma legião, anistia para presos políticos e supressão do AI-5, omissão do governo na prestação de assistência à saúde, ao ensino, aos pobres e enfermos, eliminação dos estudantes universitários no debate político, etc. etc. etc. ((FUNDO SNI. BR DFANBSB V8, 1976, p. 13).

O assessor especial do MJ que pontuou os termos que caracterizam os campos de atuação de dom José Maria Pires, resumiu bem, parece-me, inclusive, apoiado por algum documento manifesto pelo arcebispo da Paraíba. O fato é que, o que nos parece ser digno de elogio, era motivo de perseguição e espionagem por parte dos órgão da ditadura.

Assim, construíram sua visão sobre dom José Maria Pires, qual seja, subversivo, comunista e atuante na esquerda clerical. Como o próprio dissera, cumpria sua consciência de atuação conforme o evangelho, mesmo que isso significasse a perseguição e o rótulo da subversão. Para os Centros de Informação, dom José Maria Pires era um nome atuante do clero de esquerda no Brasil.

Considerações finais

Os tempos obscuros do golpe de 1964 que, neste ano de 2024 completa seus 60 anos, precisa ser lembrado para que jamais esqueçamos. O golpe desencadeou cerca de duas décadas de perseguições, espionagens, prisões, torturas, assassinatos e todas as formas de supressão do direito e da dignidade humana – tempos de ditadura.

Setores do catolicismo brasileiro não estiveram imunes a tal contexto, foram perseguidos, presos, exilados e assassinados.

Dom José Maria Pires, mesmo que se dizendo apoiador da “revolução” de 1964, foi perseguido, espionado e dito subversivo. O arcebispo da Paraíba se colocou cada vez mais contrário à repressão e em favor dos que sofriam injustiças e tinham a garantia violada de direitos. Isto, numa perspectiva que caracterizava os adeptos do cristianismo da libertação que, interpretavam o evangelho – da conjuntura vivida por Jesus Cristo, à

realidade da atualidade vivida pela população pobre do Nordeste, das dificuldades enfrentadas por agricultores e agricultoras, estudantes, explorados das fábricas e tantos outros que sofriam quaisquer formas de opressão.

Afirmar que dom José Maria Pires era comunista ou representante atuante da esquerda clerical seria o mesmo que chamá-lo de subversivo e reforçar a visão da repressão, dos Centros de Informações da ditadura.

Portanto, os órgãos da repressão construíram, em relação a dom José Maria Pires, a visão de um subversivo e representante da esquerda clerical, mas porque todo aquele que se posicionou contra a ditadura assim foi denominado. O arcebispo metropolitano da Paraíba, estava, tão somente, agindo conforme sua consciência – qual seja? Vivendo na prática, os desafios e dissabores, alegrias e tristezas, da caminhada de Cristo. Sempre na defesa de uma Igreja servidora e pobre.

Referências bibliográficas

Bibliografia

- BAUER, Caroline Silveira e GERTZ, René E. *Arquivos de Regimes Repressivos: fontes sensíveis da História recente*. IN: PISNKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina (Org.) *O Historiador e Suas Fontes*. São Paulo: Contexto, 2012.
- BEOZZO, José Oscar. *Pacto das Catacumbas: por uma Igreja servidora e pobre*. São Paulo: Paulinas, 2015.
- BETTO, Frei. *A Igreja Católica e o Golpe de 1964*. CRB Nacional. Brasília, 04 abr. 2014. Disponível em: <https://crbnacional.org.br/a-igreja-catolica-e-o-golpe-de-1964>. Acesso em: 09 jan. 2024.
- BLOCH, Ernst. *Thomas Münzer: teólogo da revolução*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1973.
- BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade. Relatório Volume II*. Brasília: CNV, 2014.
- BRASIL: nunca mais. 41ª Edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes. 2014.
- COMBLIN, José. *O Povo de Deus*. São Paulo: Editora Paulus, 2002.
- FICO, Carlos. *Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- GOMES, Paulo César. *Os Bispos Católicos e a Ditadura Militar Brasileira: a visão da espionagem*. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- GUEDES NETO, Adauto. *José Comblin: trajetória e ditaduras na América Latina (1958-1985)*. Rio de Janeiro: Editora Telha, 2022.
- LÖWY, Michael. *A Guerra do Deuses: religião e política na América Latina*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

- MARX, Karl. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. 2ª Edição revista. São Paulo. Editora Boi Tempo, 2010.
- MODINO, Luis Miguel. *Centenário de Dom José Maria Pires, o bispo da causa negra*. Rio Grande do Sul, 19 mar. 2019. Disponível em <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/587504-centenario-de-dom-jose-maria-pires-o-bispo-da-causa-negra>. Acesso em: 09 mar. 2024.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda contra o Perigo Vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- PRESOT, Aline Alves. *As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o golpe de 1964*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.
- RICOEUR, Paul. *A Memória, a História, o Esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SILVA, Marcília Gama da. *Informação, Repressão e Memória: a construção do estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985)*. Recife: Editora UFPE, 2014.

Fontes

- Dossiê: Atividades de José Maria Pires. Fundo SNI. BR DFANBSB V8, 1976.
- Prontuário nº 55. José Maria Pires (padre). Março de 1966 a agosto de 1971. Fundo BR DFANBSB V8, 1971.